



GOVERNODORN



Aponte a câmera do celular para o QR CODE e acesse o site do Governo do RN

RIO GRANDE DO NORTE, 27 de NOVEMBRO de 2023 | TIRAGEM: 5000 MIL EXEMPLARES

INFORME PUBLICITÁRIO

COM AMBIENTE FAVORÁVEL, EMPREGO CRESCE NO RN

ENTRADA EM OPERAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS APROVADOS PELO PROEDI AMPLIA MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE. ATUALMENTE, PROGRAMA POSSUI 265 EMPRESAS CADASTRADAS E QUASE 30 MIL EMPREGADOS

PÁGINAS 6 e 7

FOTO: SANDRO MENEZES

HIDROGÊNIO VERDE GANHA MARCO LEGAL

ESTADO TERÁ REGULAMENTAÇÃO PRÓPRIA SOBRE A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CHAMADO "COMBUSTÍVEL DO FUTURO"

PÁGINAS 10 e 11



FOTO: MDIC

BANCADA

Governo do Estado define prioridades para emendas

PÁGINAS 2

HABITAÇÃO

RN terá 4,6 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida

PÁGINAS 5



SERVIÇO

Feira fortalece produção de alimentos saudáveis no RN

PÁGINA 4

**CAERN LANÇA
EDITAL PARA
CONCURSO**

Estão abertas as inscrições para o concurso público da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern). O edital com as regras do certame pode ser acessado no site do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistência Nacional (Idecan), no endereço www.idecan.org.br. As inscrições seguem até 20 de dezembro.

São 33 vagas para preenchimento imediato, distribuídas em cinco cargos de nível superior e quatro de nível técnico, mais cadastro de reserva para os cargos de Técnico de Edificações (06); Técnico de Controle Ambiental (06); Técnico de Mecânica (06); Técnico de Instrumentação (06); Engenheiro Civil (02); Engenheiro Mecânico (02); Engenheiro Eletricista (02); Engenheiro Químico (02); Advogado (01).

O salário inicial do Nível Técnico é R\$ 4.198,11 e do Nível Superior, R\$ 8.746,10, fora benefícios definidos em Acordo Coletivo de Trabalho.

O concurso será regionalizado, com vagas contemplando a região Litoral (região 1); Sertão Central e Seridó (região 2); Oeste e Alto Oeste (região 3). O detalhamento das vagas por região foi disponibilizado com o edital. Sendo a permanência mínima de cinco anos na lotação inicial.

As inscrições podem ser feitas no site do Idecan, no endereço www.idecan.org.br. O valor é de R\$ 120 para nível superior e R\$100 para nível técnico. A data prevista para aplicação das provas é 25 de fevereiro de 2024. As provas serão aplicadas em Natal, Mossoró e Caicó, em dois turnos.



Estrada de acesso à Serra de João do Vale está nas prioridades do Governo

Governo do Estado define prioridades para receber emendas

BANCADA FEDERAL DESTINOU R\$ 316,9 MILHÕES EM EMENDAS COLETIVAS

Implantação e pavimentação de estradas essenciais para o escoamento da produção agrícola e interiorização do turismo, e melhorias na infraestrutura de saúde para ampliar o atendimento na rede pública. Foram essas as propostas indicadas pelo governo do RN para receber recursos de emendas parlamentares que serão inseridas no Orçamento da União de 2024.

As propostas foram apresentadas pela governadora Fátima Bezerra em reunião com senadores e deputados federais na segunda-feira, dia 16. Ao todo são R\$ 316,9 milhões em emendas de bancada (coletivas) e R\$ 511,7 milhões na modalidade emenda individual.

A governadora disse que o foco da gestão estadual para o orçamento federal de 2024 é

a manutenção das prioridades apresentadas em 2022, cujos investimentos precisam ter continuidade para que as obras possam ser concluídas e entregues para usufruto da população.

Na Saúde, os recursos serão empregados em obras de reforma de 11 unidades hospitalares, na modernização da Unicat e no Programa Mais Cirurgias. Levantamento da Secretaria Estadual de Saúde Pública estima que para realizar 10 mil cirurgias serão necessários R\$ 45 milhões. O coordenador da bancada citou como exemplo o entendimento firmado em Minas Gerais para reduzir o valor das cirurgias junto a instituições de saúde, permitindo maior número de procedimentos.

A secretária estadual de Saúde, Lyane Ramalho reforçou a

necessidade de melhorar a central de distribuição de medicamentos (Unicat) e de instalar na rede pública estadual um sistema digital (data-center) com alta capacidade de armazenamento que atenderá tanto as unidades de saúde do Estado quanto as municipais.

Em relação às estradas, o Governo do RN priorizou o reinício e conclusão das obras de pavimentação que estão fora da terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-3), como a inconclusa estrada de acesso à Serra de João do Vale, um paraíso natural na divisa do RN com a Paraíba. Outra rodovia indicada pela governadora é a Estrada do Melão, no coração da fruticultura potiguar; e a Estrada da Produção, trecho São Tomé-Cerro Corá. Estas obras, antes delegadas ao

Estado, foram assumidas pela Codevasf em 2022, mas estão paradas.

Na atual gestão federal, o Governo do RN conseguiu a inclusão no PAC-3 de obras hídricas como a conclusão da Barragem de Oiticica, na Bacia Piranhas-Açu; Ramal Apodi da transposição de águas do Rio São Francisco para levar segurança hídrica ao Oeste e Adutora do Seridó, um megaprojeto que vai garantir o abastecimento de água da região pelos próximos 50 anos. Também foi incluída a conclusão da Reta Tabajara; duplicação da BR-304 (Macaíba-Mossoró-Divisa Ceará); implantação da BR-104, ligando Macau aos principais polos de industrialização do Nordeste, e a federalização do trecho da BR-226 entre Currais Novos e Florânia, na região Seridó.



Preço da cesta básica de outubro tem menor valor em quinze meses

COM DESONERAÇÃO DE TRIBUTOS E AUMENTO DA OFERTA, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ESTÃO MAIS BARATOS EM NATAL

A pesquisa de preços dos produtos da cesta básica de alimentos de Natal registrou em outubro o menor valor em quinze meses, a um custo de R\$ 546,57. Foi a quarta queda seguida, segundo a Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos, vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema/RN).

Dos treze produtos, dez tiveram variação negativa em relação ao mês anterior e apenas três tiveram alta. Destaque para o leite, cujo preço teve redução de 8,75%, os legumes (-4,47%) a carne bovina (-1,36%) e o açúcar (-2,09%). O grupo alimentação tem peso de 32,43% do orçamento familiar. Em abril deste ano entrou em vigor a nova lei do ICMS, que reduziu a carga tributária dos alimentos, com reflexo na formação dos preços.

A pesquisa do Idema, que começou em meado dos anos 1980, é ampla. Os pesquisadores conferem os preços praticados nas grandes redes de supermercados da cidade, em mercadinhos de bairros e nas feiras livres do Alecrim, Quintas, Carrasco e Nova Natal.

A série histórica mostra que os preços dos alimentos dispararam durante a pandemia em função do desequilíbrio entre oferta e procura. Em 2020, os produtos da cesta básica tiveram aumento médio de 23,5%. Em novembro daquele ano, o valor nominal atingiu R\$ 430,26 (R\$ 531, a preços de hoje, aplicando a correção monetária do período). Carne bovina, feijão e arroz tiveram peso de 43,2% na formação do preço final. Em outubro de 2023, essa relação é de 39,7%. “Os preços estão se acomodando, devendo chegar em 2024 a patamares anteriores à pandemia”, projeta o chefe da Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos do Idema, Aza-



FOTO: VICENTE NETO

Preço da cesta em outubro ficou em R\$ 546,57, segundo levantamento do Idema

ías Bezerra de Oliveira.

Mesma opinião tem o supervisor técnico do Dieese no Rio Grande do Norte, Ediran Teixeira, que coordena a pesquisa da cesta básica em Natal. Em outubro, o Dieese/RN registrou deflação de 2,82%, maior percentual entre as 17 capitais do País em que monitora a dinâmica de preço dos alimentos. “Além da produção, há também o fator consumo que interfere no preço da cesta básica. Geralmente há uma elevação em dezembro, em função do pagamento do 13º salário, e em janeiro, quando entra em vigor o novo salário mínimo. O momento atual é de aumento da produção do tomate, do mamão, da soja. O preço da carne está e vai continuar caindo”, afirma. Para Ediran, os itens com maior peso na cesta devem apresentar queda ou estabilidade de preços nos próximos meses.

A aposentada Maria Rufino sentiu esse recuo. Como exemplo ela cita a goma de tapioca, que chegou a pagar R\$ 8,00 por um quilo “até bem pouco tempo atrás”. No domingo (19) estava sendo vendida na feira da São José a R\$ 5,00. Numa rede de atacarejo de Natal, o produ-

to da marca Sinhá Maria, que beirou os R\$ 9,00 no início do ano, estava a R\$ 6,39.

INFLAÇÃO

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Natal) teve alta de 0,24% em relação ao mês anterior. Com este resultado, a variação no ano ficou em 3,08% e nos últimos doze meses (no-

vembro/2022 a outubro/2023), 4,04%. No mesmo período do ano passado, a inflação acumulada em 12 meses era de 7,04%. Os grupos com maior peso na definição do índice são os de alimentos e bebidas, com 32,43% no orçamento familiar, seguido por habitação (13,65%), transportes (12,75%) e saúde e cuidados pessoais (10,66%).

CESTA BÁSICA NATAL



Valores mês a mês em 2023

Janeiro	555,95
Fevereiro	563,92
Março	563,34
Abril	570,12
Mai	561,66
Junho	567,47
Julho	559,65
Agosto	556,13
Setembro	550,38
Outubro	546,57

MUSEU DA IMPRENSA COMPLETA VINTE ANOS

Há duas décadas o Museu da Imprensa Eloy de Souza abria as portas, trazendo o importante legado de contar a história da imprensa oficial potiguar. A instituição foi inaugurada em 13 de novembro de 2003, com a denominação de Museu da Imprensa do Rio Grande do Norte, a partir da iniciativa de um de seus diretores, Flávio Lisboa, que destinou a extensão de um galpão do Diário Oficial como local para a instalação do museu.

A denominação atual é datada de 23 de novembro de 2004, quando o museu prestou homenagem ao jornalista, político e ex-diretor do DEI (1937-1939), Eloy Castriciano de Souza já falecido.

A história do museu está diretamente ligada às iniciativas do ex-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que em julho de 1889 fundou o jornal A República, um dos veículos mais influentes do jornalismo do Rio Grande do Norte.

Mais de um século depois, o Museu da Imprensa Eloy de Souza se consolida como guardião desse patrimônio, preservando e divulgando o conhecimento sobre as máquinas utilizadas e o trabalho manual realizado na produção dos jornais impressos, bem como edições d'A República e outros artefatos que contam a história da imprensa oficial.

“O acesso ao museu melhorou bastante. Estão vindo muitas escolas conhecer, pesquisar. No mês passado foram cinco escolas, uma universidade, o pessoal da turma de jornalismo da UFPB nos procurou”, diz a diretora do museu, Rosane Menezes.



FOTO: SEDRAF



A 1ª Feira Potiguar da Agricultura Familiar e Economia Solidária vai acontecer no período de 30 de novembro a 03 de dezembro

Feira fortalece produção de alimentos saudáveis no RN

PROMOVIDA PELO GOVERNO DO ESTADO, INICIATIVA TEM COMO OBJETIVO AMPLIAR ACESSO A NOVOS MERCADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORÇAR O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Tendo como principal objetivo ampliar o acesso a mercados para a agricultura familiar, com a oferta de produtos que mostram a diversidade da agricultura potiguar, será realizada no período de 30 de novembro a 03 de dezembro a 1ª Feira Potiguar da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

A feira é uma promoção do Governo do RN, por meio da Sedraf (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar) e do projeto Governo Cidadão, com recursos do acordo de empréstimo com o Banco Mundial. A programação cultural está sob a coordenação da Fundação José Augusto (FJA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e contará com a realização do Festival do MST: por terra, arte e pão!

O evento ocupará uma área

de 2.500m² no Centro Administrativo. Contará com 20 cooperativas, mais de 20 barracas, além de estrutura para alimentação. Essa cadeia produtiva significa emprego, vida e potencial de geração de renda, disse a governadora.

Outro objetivo da Feira é fortalecer o cooperativismo solidário do Rio Grande do Norte e o processo de comercialização das famílias agricultoras, através de rodadas de negócios, para o mercado institucional e privado. “A Feira Potiguar da Agricultura Familiar e Economia Solidária tem um significado muito especial para todos nós porque é a agricultura familiar, a agricultura camponesa, que alimenta o povo, que faz com que a comida de verdade chegue à mesa de todos os brasileiros”, disse o secretário da Sedraf, Alexandre Lima.

O superintendente do Banco

do Nordeste no Rio Grande do Norte, Geová Lins, informou que o BNB colocou R\$ 450 milhões à disposição da agricultura do RN. Até o momento, mais de 90% desta disponibilidade já foram utilizados. Para o próximo ano, o BNB fará um incremento desse recurso e disponibilizará R\$ 550 milhões para o setor. “Nós não nos preocupamos só com o crédito, mas também com as pessoas incluídas, com um NE mais evoluído”, informou Lins.

A feira é correalizada pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Unicafes-RN), com apoio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RN), da Agência de Fomento do RN (AGN), da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e Assistência Social (Sethas) e do Sistema Ocern (Organização das Cooperativas do RN).

SERTÃO VIVO

No lançamento da feira, no início de novembro, a governadora Fátima Bezerra mencionou o maior financiamento para a agricultura Familiar no RN: são R\$ 151 milhões em recursos disponíveis para o setor para aplicação na produção de alimentos saudáveis e segurança hídrica através do Projeto Sertão Vivo.

O projeto é iniciativa do Governo Federal com financiamento do BNDES em parceria com o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Agricultura (FIDA), anunciado pelo presidente Lula, no dia 24 de outo-

bro, em Brasília.

O Projeto Sertão Vivo vai financiar projetos voltados para garantir o acesso à água, segurança alimentar e demais necessidades básicas da população do semiárido nordestino inicialmente nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Pernambuco. O investimento é de R\$ 1,75 bilhão para atender ao todo 430 mil famílias. No RN serão atendidas 38 mil famílias de produtores familiares, assentados da reforma agrária e de comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas.



Em todo o país, o Ministério das Cidades selecionou 187,5 mil novas unidades habitacionais em 560 municípios brasileiros

RN será contemplado com 4,6 mil unidades na nova fase do programa Minha Casa Minha Vida

NOVA ETAPA ESTÁ DIRECIONADA À FAIXA 1 DO PROGRAMA, PARA FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS

O Rio Grande do Norte tem 4.603 unidades habitacionais selecionadas para a Faixa 1 do Novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O governo federal anunciou na quarta-feira (22) a primeira etapa para a implementação do programa habitacional para todo o país. Serão atendidas famílias com renda de até dois salários mínimos.

Segundo o Ministério das Cidades, a nova fase do programa vai beneficiar propostas de projetos habitacionais direcionados à Faixa 1 do programa. Ao todo, foram selecionadas 187,5 mil novas unidades em 560 municípios. Dessas unidades, 184 mil estão destinadas a famílias cadastradas em programas habitacionais, abrangendo todos os estados brasileiros.

As propostas selecionadas terão prazo de 150 dias para serem contratadas. Para o Rio

Grande do Norte, o governo federal destinou 4,6 mil unidades, beneficiando 17 municípios.

A construção das moradias, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), deverá atender às regras do programa habitacional, como proximidade dos centros urbanos, melhorias nas especificações dos imóveis, infraestrutura de qualidade, varanda e salas para biblioteca.

De acordo com Pablo Thiago Lins de Oliveira, diretor-presidente da Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Cehab), o governo do Estado atuou de forma abrangente, apresentando o maior número possível de propostas para o programa. “Também fornecemos subsídio aos municípios potiguares para que, se tivessem interesse, também participassem da seleção”, explicou.

A partir de agora, ainda segundo Pablo Thiago, o governo estadual vai se reunir com a Caixa Econômica Federal (CEF) e os municípios contemplados para agilizar a tramitação dos projetos.

Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, muitas propostas ficaram de fora, mas o ministro tranquilizou prefeitos e governadores. “Essa é a primeira seleção”, lembrou. “Teremos seleções em 2024, 2025, e 2026. Essas propostas serão consideradas e o programa vai atender às famílias que querem realizar o sonho da casa própria.”

SALAS DE BIBLIOTECAS

Em paralelo, o Ministério das Cidades firmará um protocolo de intenções com a Academia Brasileira de Letras (ABL) para constituir um acervo de títulos literários.

Os livros, provenientes de doações recebidas pela ABL e outros parceiros, serão utilizados na implementação de salas de biblioteca ou leitura nos empreendimentos do MCMV.

Além disso, está em negociação com o Ministério da Cultura uma iniciativa conjunta para orientar os construtores no projeto desses espaços, proporcionando acesso à cultura aos beneficiários.

O Ministério das Cidades também vai abrir edital do Prêmio Minha Casa, Minha Vida. A estratégia visa estimular a sustentabilidade e inovação nas moradias do programa federal.

Com sete categorias, a pasta das Cidades quer fomentar melhorias na inserção urbana, aumentar o conforto das unidades, buscar inovação em sistemas e materiais construtivos e incentivar projetos sustentáveis.

O PROGRAMA

Criado em 2009, o Minha Casa, Minha Vida já entregou mais de 6 milhões de unidades habitacionais. A iniciativa oferece subsídio e taxa de juros abaixo do mercado para facilitar a aquisição de moradias populares. Para serem atendidas, as famílias selecionadas precisam preencher alguns requisitos sociais e de renda, além de não possuir imóvel em seu nome.

O programa habitacional tem como meta contratar, até 2026, dois milhões de moradias. Para esta nova etapa, uma das principais novidades do programa é o retorno da Faixa 1, agora voltado para famílias com renda bruta de até R\$ 2.640. Anteriormente, a renda exigida era de R\$ 1.800. A ideia é que até 50% das unidades financiadas e subsidiadas sejam destinadas a esse público. Historicamente, o subsídio oferecido a famílias dessa faixa de renda varia de 85% a 95% do valor do imóvel.



Geração de empregos avança no RN e horizonte é promissor

ENTRADA EM OPERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS QUE ESTÃO SE INSTALANDO NO RIO GRANDE DO NORTE VAI GERAR MILHARES DE EMPREGOS NO INTERIOR DO ESTADO A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

Depois do complicado período da pandemia de covid-19 que afetou a economia em escala planetária, o mercado formal de emprego celetista no Rio Grande do Norte vem crescendo em ritmo sustentável e as projeções são de expansão em 2024 e nos anos seguintes. De acordo com dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -, em março de 2020 quando a primeira morte por covid-19 foi registrada no RN, o estoque de empregos era de 401.541 postos, caiu para 393.947 em agosto daquele ano e foi se recuperando progressivamente à medida que os protocolos sanitários de proteção à vida eram atenuados.

Em agosto de 2021, com o avanço da vacinação e a consequente queda no número diário de mortes, o estoque celetista subiu para 425.835 empregos com carteira assinada. A criação de novos postos de trabalho no RN vem crescendo ano a ano e já acumula mais de 50 mil novas vagas no pós-pandemia. Em setembro/23, o Caged registrava um estoque de 477.906 empregos formais, dos quais 19.572 abertos desde janeiro deste ano.

E o horizonte é bastante promissor, diz o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec), Jaime Calado, apontando o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (Proedi) como impulsionador do mercado de trabalho. Criado em 2019 para barrar a fuga de empresas, conter a perda de empregos e incentivar a interiorização do desenvolvimento, o Proedi tem atualmente 265 empresas cadastradas e um universo de 29.968 empregados.

“O Proedi é o melhor programa de incentivo à indústria da história do RN. É uma política de Estado e não de governo. Nos oito anos anteriores a 2019, perdemos 20 mil empregos. E o que estamos vendo hoje? Estamos vendo empresas que aqui já



FOTO: CARMEM FÉLIX

Participante do Proedi, Guararapes Confeccões emprega 9 mil pessoas no parque de produção da Grande Natal

estavam instaladas aumentando seus investimentos; novos investidores locais e vindos de fora, inclusive do exterior, fazendo investimentos em nosso Estado. E bom dizer que a indústria do Rio Grande do Norte foi a que mais cresceu no Brasil no primeiro semestre. Mais que a China”, informa Jaime.

Sobre o horizonte promissor para a geração de empregos no RN, Jaime cita grandes projetos em andamento no interior do Estado que entram em operação no curto prazo. “A mina de ouro de Currais Novos, que deve começar a operar daqui a dois anos, vai gerar mais de 700 empregos diretos; temos a fábrica de cimento dos espanhóis, com previsão para iniciar a produção em dois anos; a mina de ferro de Cruzeta começa a produzir no início de 2024, inclusive já está testando os equi-

pamentos; a mina de ferro de Tangará, megainvestimento de um grupo indiano, levará três anos para operar, mas os investimentos já começaram há tempo. Em Currais Novos, os modernos equipamentos da fábrica de cimento estão sendo instalados. São muitos investimentos e muitos empregos. Temos um horizonte muito promissor”, avalia o secretário.

A volta dos investimentos da Petrobras, que iniciará as operações na Margem Equatorial pelo Campo de Pitu, também ampliará as oportunidades de trabalho no Rio Grande do Norte. A cadeia do petróleo era responsável por mais de 50% do PIB industrial do Rio Grande do Norte nos tempos em que a produção de petróleo superava os 100 mil barris/dia. O mercado estima que o petróleo tem atualmente um

peso de apenas 13% na formação do Produto Interno Bruto potiguar, mas a tendência é que essa participação aumente com a entrada em operação de novos campos em terra concedidos à iniciativa privada e, agora, com a volta das atividades da Petrobras ao Estado.

GUARARAPES

Em outubro/23, a convite do novo diretor André Faber, a governadora Fátima Bezerra visitou as instalações do parque fabril da Guararapes na Grande Natal. A empresa emprega 7 mil pessoas na linha de produção e mais 2 mil na área de distribuição de seus produtos. Em janeiro, a Guararapes Confeccões divulgou comunicado confirmando a decisão de centralizar a produção no Rio Grande do Norte, aproveitando os benefícios fiscais. A Guararapes é uma

das 265 empresas que recebem incentivos fiscais do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (Proedi). O programa vincula os benefícios à localização geográfica do empreendimento e ao número de empregos diretos gerados.

“Atestamos nesta visita a eficácia e importância do Proedi com a modernização da política de incentivos fiscais que fizemos no primeiro mandato. O Proedi tem um papel estruturante, não só na manutenção dos investimentos, mas na ampliação desses investimentos, na criação de empregos, importante para a melhoria da vida da população”, disse a governadora Fátima Bezerra. O parque fabril da Grande Natal produz, em média, 100 mil peças de confecção por dia. Dos 7 mil empregos na linha de produção, 70% são mulheres.



Política estadual para geração de emprego e renda ganha força

AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA FORTALECEM O DIÁLOGO COM TRABALHADORES, EMPRESAS E O SETOR PÚBLICO PARA AMPLIAR A EMPREGABILIDADE NO RN

FOTO: CARMEM FELIX

A ampliação e consolidação do diálogo dos diversos atores que compõem o mercado de trabalho é uma marca da administração estadual, que este ano deu posse ao Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda. O CETER é de natureza tripartite e paritária, com a representação dos segmentos de trabalhadoras e trabalhadores, empresariado e secretarias estratégicas que fazem a interface com a política do trabalho.

É um órgão de coordenação e deliberação das políticas e diretrizes que visam a organização do mercado de trabalho e o combate ao desemprego, bem como a qualificação profissional, destaca a titular da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas), Iris Oliveira.

A posse e o efetivo funcionamento do CETER têm sido uma das ações do Governo em 2023 que tem contribuído de forma significativa para formular os novos projetos a serem desenvolvidos. Esta é uma área da

política pública com relação direta com o movimento da economia nacional, regional e local, complementa a secretária. Segundo ela, as decisões governamentais para a economia quase sempre impactam direta ou indiretamente no mercado de trabalho.

Iris Oliveira afirma que 2023 é um ano para se comemorar resultados que têm origem no trabalho feito no sentido de tornar o estado atrativo para novos investimentos e com isso expandir as oportunidades de emprego e renda para a população que procura emprego. “Merece destaque também as oportunidades geradas no âmbito do financiamento para quem quer investir em seu próprio negócio, tanto para os empreendedores individuais, como para grupos e coletivos que querem produzir de forma coletiva e autogestionária, por meio da política pública de economia solidária.

“Cabe lembrar a articulação entre a política do trabalho e o Sistema Único



Integram o CETER grupos de trabalhadores, empresários e setor público do RN

de Assistência Social, tem havido um esforço conjunto para articular e integrar ações com vistas a abrir oportunidades de trabalho e emprego para famílias beneficiárias do Bolsa Família, como uma das estratégias para contribuir com a superação da fome e da extrema pobreza.

Na posse do CETER, em maio de 23, a governa-

dora convidou os empresários e suas representações a mobilizarem vagas de ofertas de emprego por meio da Subsecretaria de Trabalho da SETHAS, responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Empregos (SINE) no Estado. O presidente do Conselho é o empresário da Fecomércio, Luiz Antônio Lacerda.

do trabalho. E Ministério Público do Trabalho do RN está viabilizando a criação das condições de apoio a projetos pilotos para servir de base ao aperfeiçoamento de iniciativas que impactam os segmentos mais vulneráveis no mercado de trabalho.

Já o Termo de Cooperação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec) vai orientar as empresas que tem adesão ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (Proedi) a disponibilizarem vagas de trabalho ao Sistema Nacional de Emprego.

com o Instituto Metrópole Digital da UFRN, recebeu os certificados de conclusão dia 18 de outubro passado. Projeto, realizado na escola estadual Jerônimo Albuquerque, na Vila de Ponta Negra, formou pessoas no uso de Smartphones com o objetivo de impactar o letramento digital na vida diária com vistas a novos conhecimentos no mundo do trabalho, permitindo-lhes a inserção em seleções de vagas que exigem inscrição online, uma comunicação por meio digital ou uma formação remota.

Secretaria de Estado da

TERMOS DE COOPERAÇÃO

Os Termos de Cooperação da Política Estadual do Trabalho do RN para qualificação profissional e intermediação de mão de obra assinados pela SETHAS, por meio da Subsecretaria do Trabalho com a Fecomércio, as secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e de Educação (SEEC) e Carta de Intenção com o Instituto Metrópole Digital para letramento digital, são ações governamentais em execução.

A primeira turma do curso de Letramento Digital, projeto piloto da Sethas

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO

Uma parceria entre Governo do Estado e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) desenvolveu o Observatório do Trabalho e Políticas Sociais do Rio Grande do Norte. O Observatório tem a finalidade de organizar informações e produzir estudos e análises que orientem a política pública para intervenção na realidade.

A ação é orientada por meio da participação dos gestores públicos, entidades de pesquisa, comissões de emprego, movimento sindical urbano e rural, entre outros atores sociais que, de forma participativa, propõem recomendações para o aprimoramento e fortalecimento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda integrando-a às políticas de assistência social do estado. Os produtos já realizados estão no site da Sethas www.sethas.rn.gov.br/ menus Documentos, aba publicações e também Observatório, além de link na página principal.



Editais da Lei Paulo Gustavo investem R\$ 39,7 mi na cultura

DATA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL ESTÁ PREVISTA PARA 28 DE DEZEMBRO

O Governo do Estado, por meio da Secretaria Extraordinária de Cultura e da Fundação José Augusto (FJA), lançou quatro editais estaduais – com previsão de lançamento de um quinto edital – da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2023). Estão destinados um total de R\$ 39,7 milhões para aplicação em editais e premiações à cadeia da cultura potiguar.

Os editais estão disponíveis até 27 de novembro, no endereço eletrônico <https://maiscultura.rn.gov.br/>. A plataforma também é canal oficial para o cadastro e inscrição dos projetos, por onde será possível acompanhar a situação das inscrições durante todo o processo seletivo.

De acordo com os prazos atuais, a data de divulgação do resultado final está prevista para 28 de dezembro deste ano. Os projetos bem-sucedidos terão a oportunidade de assinar o Termo de Execução Cultural de 28 a 30 de dezembro de 2023, com os pagamentos programados para serem realizados até 31 de dezembro de 2023. No entanto, a expectativa é que o Governo Federal amplie o prazo de inscrições até 2024, para que os recursos sejam utilizados por completo.

A Lei Paulo Gustavo trata do apoio financeiro da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o fomento das atividades artísticas e produções culturais prejudicadas em razão dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19.

Os recursos acumulados do superávit da cultura, por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), preveem o repasse de R\$ 3,8 bilhões para serem aplicados no setor cultural em todos os estados e municípios do país.

O Governo Federal liberou R\$ 73,6 milhões para o fomento da Lei Paulo Gustavo no Rio Grande do Norte. Deste total, serão R\$ 39,7 milhões para o Governo do Estado, e R\$ 33,8



FOTO: CARMEM FÉLIX

O edital do Audiovisual destina um total de R\$ 24,62 milhões para 334 projetos

milhões serão distribuídos entre os 167 municípios potiguares.

AUDIOVISUAL E MULTICULTURAL

O Edital do Audiovisual destina um total de R\$ 24,62 milhões. Serão 334 projetos contemplados nas categorias de Produção Audiovisual, divididas nas categorias curta-metragem, longa-metragem, obra seriada, vídeos e jogos eletrônicos.

Já o Edital Multicultural destina R\$ 8,36 milhões a 234 projetos e está dividido em categorias como Expressões Artísticas que compreendem artes visuais, dança, literatura, música e teatro (60 projetos) Cultura Popular e Tradição (76 projetos), Cultura Urbana (40 projetos), Cultura dos Povos Tradicionais e Originários (32 projetos), e Economia Criativa e Solidária (26 projetos).

O Edital de Premiação Multicultural, contempla o valor de R\$ 1,8 milhão para um total de 122 projetos nas categorias Expressões Artísticas (22 projetos), Cultura Popular e Tradição (40 projetos), Cultura Urbana (10 projetos), Cultura dos Povos Tradicionais e Originários (30 projetos) e Economia Criativa e Solidária (20 projetos). Neste edital haverá premiação

de reconhecimento de trajetória artística e para mestras, mestres e agentes transformadores.

O quarto edital é o de Licenciamento de Obras Audiovisuais, com valor total de R\$ 688 mil, para um total de 56 projetos que foi lançado em 13 de janeiro.

A Secretaria Extraordinária de Cultura lançará ainda o quinto edital destinado à reforma e adequação de Salas de Cinema, com a chamada pública para gerir e equipar o Teatro de Cultura Popular Chico Daniel (TCP), por um período determinado, transformando-o em um cineteatro. O valor total será de R\$ 3 milhões.

RESERVA DE VAGAS

A LPG assegura com reserva de vagas de, no mínimo 20% para pessoas negras; 10% para pessoas indígenas para povos e comunidades tradicionais (pessoas de terreiro, quilombolas, nômades – artistas circenses, pessoas em situação de ruas e ciganos; e 10% para mulheres (cis ou trans). Estão adotadas pontuações extras cumulativas de até 15 pontos com o objetivo de equiparar as oportunidades entre os agentes culturais.

“A Lei Paulo Gustavo é diferenciada por várias razões, entre

elas um arcabouço jurídico, diferente de tudo que vinha sendo feito antes, mas que deixa o processo mais democrático através dos diálogos, mas menos burocrático, uma vez que a forma de inscrição e de prestação de contas é diferenciada. E, principalmente, ela vem colocar recursos na área da economia criativa, que é essencial para o bem-estar das pessoas, enquanto público, enquanto usufrui, mas de artistas que merecem ter a devida atenção de recursos sendo disponibilizados para que as ações culturais aconteçam tecnicamente, com mais estrutura, e que artistas recebam devidamente pelo seu trabalho”, explica a secretária Extraordinária de Cultura, Mary Land Brito.

Segundo o diretor-geral da Fundação José Augusto, José Gilson Matias Barros, os editais são importantes para movimentar a economia potiguar. “Na produção da cultura, a cada R\$ 1 que você aplica na cultura, você tem R\$ 3 de volta. Então, isso vai fazer circular dinheiro nesse Estado, porque uma apresentação cultural não é algo individual, mas coletivo. Então, você tem essa a cadeia produtiva funcionando, com vários atores trabalhando e movimentando a economia”, detalha.

CONSULTA PÚBLICA

Entre 5 e 17 de setembro de 2023, a Secretaria Extraordinária da Cultura e a Fundação José Augusto (FJA), avaliaram as informações recolhidas pela Consulta Pública para as Propostas de editais da Lei Paulo Gustavo (LPG) no Rio Grande do Norte.

A consulta pública ficou aberta de forma online para coleta de sugestões e contribuições da sociedade civil no site oficial da Fundação José Augusto, por meio de um formulário virtual, contendo as propostas que irão compor os editais da LPG para o audiovisual e demais áreas culturais no estado.

Foram recebidas sugestões dos segmentos do Audiovisual, contemplando temas como festivais, salas de cinema, produção de curtas e longas, formação, Jogos Eletrônicos, além de contribuições sugeridas pelos segmentos de Teatro, Artes Visuais, Circo, Música, Culturas Urbanas, Cultura Popular de Tradição, Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Movimento Carnavalesco, Povos de Terreiro de Matriz Afroameríndia, Ciganos, Quilombolas, Indígenas e LGBTQIAP+ e Mulheres.

O documento foi elaborado a partir das necessidades e contribuições manifestadas pelo setor artístico potiguar, por meio de diálogos virtuais e presenciais, e das propostas apresentadas pelos setores, bem como por estudos técnicos e pesquisas produzidas pelo grupo de assessoria técnica da Lei Paulo Gustavo RN.



Semarh inicia recuperação estrutural do Canal do Pataxó

PLANO DE OBRAS PARA GARANTIR ABASTECIMENTO HUMANO E ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO VALE DO AÇU FOI ELABORADO LEVANDO EM CONTA O MENOR IMPACTO À POPULAÇÃO

Depois de 30 anos praticamente sem manutenção, o governo do Estado começou a realizar a recuperação estrutural do Canal do Pataxó, importante equipamento, com nove quilômetros de extensão, para o abastecimento humano, irrigação e aquicultura no Vale do Açu.

“Existe um esforço de parceria com a Caern e com as prefeituras de Itajá e Ipanguaçu para atacar, de forma definitiva, e não apenas pontual, os problemas estruturais do Pataxó”, disse o secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Paulo Varella. O serviço, esclareceu o secretário, vai demandar tempo porque o canal não pode parar completamente por muito tempo. “Esse problema será enfrentado, de forma planejada e estruturante, por determinação da governadora Fátima Bezerra”, reforçou Varella.

O Canal do Pataxó é uma obra pública hídrica de perenização do rio Pataxó. A captação é feita na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório de água doce do Rio Grande do Norte, com capacidade para 2,38 bilhões de metros cúbicos.

Segundo informou o secretário-adjunto da Semarh, Au-



Captação do Canal do Pataxó é feita na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves

ricélio Costa, na 29ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, o plano de recu-

peração do canal foi elaborado levando em conta o menor impacto possível à população, daí porque demandará mais tempo

para ser concluído.

“Em alguns momentos será necessário secar totalmente o canal para os reparos no concre-

to e isso não pode ser feito de uma vez por um período longo, então vamos intercalar pequenos desligamentos com a liberação de um pulso de água para alimentar o rio. É como tirar vazamento da caixa de água de sua casa. Há o transtorno inicial de ter que esvaziar o reservatório para fazer os reparos”, exemplificou Auricélio.

Inspecção técnica feita ao longo do canal identificou dois pontos onde as paredes laterais ruíram, além disso, em muitos trechos o fundo de concreto do canal precisará ser refeito.

Visando evitar o colapso da estrutura e propiciar a continuidade do abastecimento do canal foram realizadas intervenções em dois pontos (by-pass) e instalada uma adutora provisória, já em pleno funcionamento, para prover os municípios abastecidos pelas águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, enquanto as obras de manutenção são realizadas. O prazo previsto para conclusão é março de 2024.

Inaugurado em 1995, o canal tem como empreendedora a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) e órgão regulador o Instituto de Gestão de Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN).

PROJETO DE LEI AJUSTA LEGISLAÇÃO ESTADUAL ÀS NORMAS DO PISF

O Governo do Estado está concluindo a implementação do Sistema Estadual de Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Norte (PISF), aguardando apenas aprovação na Assembleia Legislativa. Projeto de lei nesse sentido foi encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa.

A proposição normativa visa a atender a necessidade de adequação da legislação estadual aos termos estabelecidos pelo

Decreto Federal nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, que instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional no âmbito da União, tendo, atualmente, como Órgão Coordenador o Ministério do Desenvolvimento Regional.

O PISF vai garantir segurança hídrica, por meio da integração de bacias hidrográficas, a uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas - a região semiárida do

Nordeste, com o fluxo de águas do “Velho Chico”, aduzindo-a para bacias hidrográficas do nordeste setentrional nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Na semana passada, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) aprovou por unanimidade, a regulamentação da cobrança sobre a água bruta, instituída pela Lei 6.908, de 1996. O secretário Paulo Varella disse que a trajetória para a construção da implementação desse projeto ocorreu por meio

do diálogo com diferentes setores. “Foi difícil no início, mas conseguimos avançar, caindo em campo e conversando com federações, associações, comitês e outros representantes da sociedade”, declarou.

Varella explicou que a Lei 9.433 prevê a cobrança pelo uso de recursos hídricos. “Tomamos a decisão de fazer esse processo de forma democrática, cumprindo a essência da própria lei”.

O diretor presidente do Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN), Paulo Sidney,

reforçou que “a força política do Executivo, a credibilidade do secretário Paulo Varella, o empenho deste Conselho e o apoio dos Comitês”, permitiram que se chegasse a um consenso sobre a gestão dos recursos hídricos. Já o secretário da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), Guilherme Saldanha, destacou o diálogo para a construção da minuta: “Diferente de outros estados, o RN construiu sua proposta através do diálogo e é muito bom saber que isso foi possível.”

FOTO: ASSECOM/RN



Governo envia marco legal do hidrogênio verde à Assembleia

OBJETIVO É TORNAR O RIO GRANDE DO NORTE UM DOS PRINCIPAIS PRODUTORES E EXPORTADORES DO CHAMADO “COMBUSTÍVEL DO FUTURO” EM TODO O PAÍS

O Rio Grande do Norte reafirma o seu compromisso com a transição energética ao encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei que institui o Marco Legal do Hidrogênio Verde e da Indústria Verde. O objetivo é tornar o estado em um dos principais produtores e exportadores do chamado “combustível do futuro” no país.

A governadora destacou o compromisso do Rio Grande do Norte com a lei, que também cria o Programa Norte-Rio-Grandense do Hidrogênio Verde e da Indústria Verde (PNRH2V).

Segundo a chefe do Executivo Estadual, o objetivo é posicionar o Rio Grande do Norte como referência global na produção do novo combustível.

“O nosso estado se posiciona como a região que já possui excedente de energia de fontes renováveis e com grande potencial para expansão, o que torna o estado em um polo de referência mundial para produção e exportação de hidrogênio verde”, disse Fátima Bezerra.

O hidrogênio verde é obtido por meio da eletrólise da água sem emissões de CO2. O processo separa hidrogênio e oxigênio da água através de corrente elétrica, exigindo fontes limpas como solar, hídrica ou eólica.

Quando estiver em vigor, o marco legal do setor vai normatizar todas as atividades relacionadas ao novo combustível, desde a produção até o transporte e aplicação, bem como regulamentando políticas de incentivos fiscais ao setor energético.

O projeto de lei foi feito a partir da união do setor produtivo, academia, investidores privados e de agentes públicos. O documento visa a ampliação significativa da participação do hidrogênio na matriz energética do estado, promovendo uma transição para fontes mais limpas e sustentáveis.

Entre outras medidas, o projeto de lei também delimita que o Governo do Estado promova a troca de veículos oficiais movidos a fontes fósseis por aqueles alimentados por hidrogênio verde.

SEGURANÇA JURÍDICA E INCENTIVOS

A governadora ressalta que o marco legal do hidrogênio verde não apenas posiciona o Rio Grande do Norte na vanguarda das oportunidades de investimento, industrialização e geração de emprego, mas também oferecer segurança jurídica aos investidores do setor de energias renováveis.

O novo projeto de lei estimula o desenvolvimento do mercado de combustíveis verdes, com o objetivo de contribuir para a descarbonização e posicionar o estado como exportador desses produtos de alto valor agregado.

Segundo a expectativa do governo estadual, o novo arcabouço regulatório visa proporcionar segurança jurídica, atrair investimentos essenciais, fomentar a competitividade dos produtos verdes e salvaguardar os interesses do estado.

Com o marco legal do setor, os empreendimentos de hidrogênio verde poderão fazer uso de incentivos fiscais estaduais, incluindo o Programa de Estí-



FOTO: HYUNDAI

Frota oficial será abastecida com o novo combustível

mulo ao Desenvolvimento Industrial do estado (PROEDI).

Além disso, as atividades relacionadas à produção também poderão usufruir do subsídio de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para aquisição de ativo imobilizado.

O projeto também traz mecanismos de incentivo à pesquisa e inovação a partir da isenção

na compra de equipamentos e dispositivos destinados à produção piloto de hidrogênio verde e produtos verdes.

O texto cria, ainda, o regime especial de incentivos para o setor do combustível limpo, no programa chamado “RN-Verde”. Após a sanção do marco legal, as empresas poderão se tornar beneficiárias por até cinco anos.

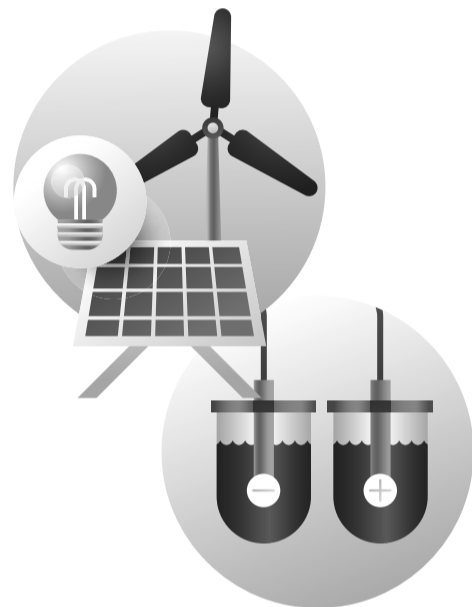


FOTO: REPRODUÇÃO



O QUE É O HIDROGÊNIO VERDE?

O hidrogênio verde (H2V) é produzido a partir da eletrólise da água por meio de fontes renováveis como eólica e solar, um processo de separação da molécula de água (H2O) em hidrogênio (H2) e oxigênio (O2) por meio da passagem de uma corrente elétrica na solução aquosa. O processo exige fontes limpas de produção de energia, como solar, hídrica ou eólica.



PROJETOS DE EXPLORAÇÃO DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO

O Rio Grande do Norte está prestes a receber R\$ 13 bilhões para o primeiro projeto de produção de hidrogênio verde. A iniciativa, localizada no Vale do Assu, adotará a abordagem onshore e contará com uma matriz energética equilibrada, combinando 70% de energia

eólica e 30% de energia solar. A responsável pelo projeto, a Nordex Acciona, empresa alemã especializada em aerogeradores, prevê um potencial de produção de aproximadamente 1 GW. A estimativa é de que a produção comece a partir de 2027.

Em março, a governadora Fátima Bezerra assinou dois memorandos de entendimento que impulsionarão investimentos em plantas de produção de hidrogênio verde e seus derivados no Rio Grande do Norte.

Um desses acordos foi firmado com a Voltalia Brasil,

uma empresa francesa atuante em projetos de energias renováveis em municípios potiguares. O outro documento foi firmado com o grupo espanhol Enerfín, para a instalação do projeto piloto de produção de hidrogênio verde no estado.

LIDERANÇA NACIONAL EM GERAÇÃO EÓLICA

O Rio Grande do Norte se destaca como líder nacional na produção de energia renovável. Na matriz eólica, o estado abriga mais de 2.800 turbinas eólicas em operação, sendo o maior gerador de energia eólica do país, totalizando 8,7

gigawatts (GW) de potência fiscalizada.

No cenário nacional, o volume gerado pelo Rio Grande do Norte representa expressivos 31,41% de toda a produção eólica do Brasil, que atinge a marca de 27,7 GW.

Há, atualmente, outros 10 projetos em processo de licenciamento em municípios potiguares. Estes novos empreendimentos devem somar outros 17,8 GW de potência instalada.

O Rio Grande do Norte

também se destaca na energia solar, com 23 parques em operação, totalizando 559,9 MW. Há outros 23 projetos em construção representam 823 MW. Projeções indicam que, quando concluídos, esses empreendimentos alcançarão 10,9 GW.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA PREPARA REGULAÇÃO DO HIDROGÊNIO VERDE

O Ministério de Minas e Energia (MME) deve encaminhar ao Congresso, ainda este ano, o texto da regulação para o mercado de hidrogênio verde. O plano trienal de trabalho (2023-

2025), lançado pelo MME em agosto, no âmbito do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2), destaca a criação de um marco legal para o setor.

O documento foi encami-

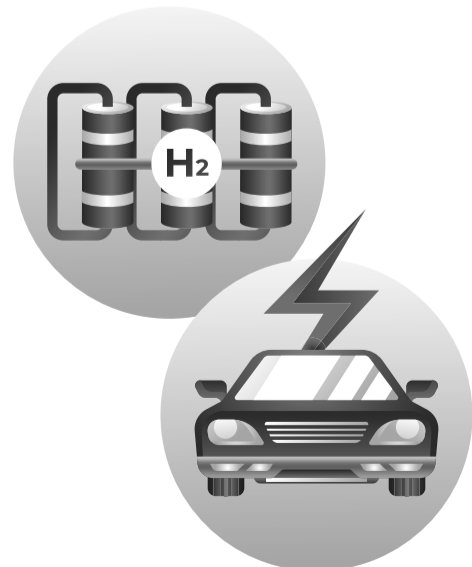
nhado ao Conselho Econômico Social Sustentável (CDESS), órgão ligado à Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

O texto tem como foco regularizar a certificação do com-

combustível e também cria o Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio (SBCH) para regulamentar o setor contabilizando a emissão de gases de efeito estufa na cadeia produtiva.

USO DO HIDROGÊNIO VERDE

As células combustíveis são uma das formas de utilização do hidrogênio em veículos elétricos, nos quais a reação química entre o hidrogênio e oxigênio gera energia elétrica que alimenta a bateria proporcionando o funcionamento do motor elétrico. O hidrogênio verde também pode ser utilizado pelo setor de transportes coletivos. O uso dele nesse contexto reduziria o impacto na atmosfera e ajudaria gestores públicos a alcançarem os compromissos de redução de emissões gases poluentes.





COM O GOVERNO DO RN,

o caminho para a segurança é certo.



400
VIATURAS
novas em circulação



14%
DE REDUÇÃO
de mortes violentas em 2023



+1.800
AGENTES EM
TREINAMENTO



+2.000
NOVOS
AGENTES
de segurança nas ruas

A segurança é um compromisso com o bem-estar da população, e o Governo do RN segue com resultados significativos, rumo a um futuro mais seguro pra todos.



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO